

**Wilson Vieira\***

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil



# O pensamento político de Celso Furtado na crítica ao estilo de desenvolvimento brasileiro adotado na ditadura civil-militar

**Recebido em:** 01 mar. 2024

**Aprovado em:** 08 mar. 2024

**Publicado em:** 05 jul. 2024

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-2>

---

\* Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. Doutor em Sociologia e Mestre em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: [vieiraeco@gmail.com.br](mailto:vieiraeco@gmail.com.br)

 <http://lattes.cnpq.br/8556699624197113>  <https://orcid.org/0000-0002-4734-0366>

## Resumo

---

Este artigo analisa a crítica elaborada por Celso Furtado ao estilo de desenvolvimento adotado durante os anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), especialmente nos anos do “milagre” econômico. A metodologia deste trabalho utiliza as ferramentas analíticas da linguagem do ideário político de John Pocock, da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e do materialismo histórico-dialético de Karl Marx. Ou seja, leva-se em consideração o contexto histórico-material-político-linguístico no qual Furtado produz sua reflexão, localizando-o no debate sobre o desenvolvimento brasileiro e os seus desafios, especialmente em um período de forte repressão política. Além disso, utilizamos o enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina, elaborado por Aníbal Pinto e Jorge Graciarena, ambos membros da CEPAL na década de 1970, a fim de compreender a crítica de Furtado ao estilo de desenvolvimento adotado no Brasil, dentro de uma análise que transcende a dimensão econômica e aprofundando cada vez mais sua abordagem interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Pensamento Político de Celso Furtado. Estilos de Desenvolvimento. Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro. Economia Política da Ditadura Civil-militar Brasileira. Pensamento Social Latino-americano.

---

**Wilson Vieira\***

Federal University of Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil



## ***Celso Furtado's Political Thought in Criticism of the Brazilian Development Style Adopted in the Civil-Military Dictatorship***

**Received:** 01<sup>st</sup> Mar. 2024

**Approved:** 08<sup>th</sup> Mar. 2024

**Published:** 05<sup>th</sup> July 2024

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-2>

---

\* Professor at the Federal University of Rio de Janeiro, Institute of Economics. PhD in Sociology and MA in Economic History from the State University of Campinas; BSc in Economics from the Fluminense Federal University. Email: [vieiraeco@gmail.com.br](mailto:vieiraeco@gmail.com.br)

 <http://lattes.cnpq.br/8556699624197113>

 <https://orcid.org/0000-0002-4734-0366>

## Abstract

---

*The purpose of this article is to analyze the criticism elaborated by Celso Furtado, from a perspective of political thought to the style of development adopted during the years of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), especially in the years of the economic "miracle", characterized by great economic growth, but with concentration of income and strong repression against opponents of the political regime at the time. The method of this work uses the analytical tools of the language of John Pocock's political ideology, Karl Mannheim's sociology of knowledge and Karl Marx's historical-dialectical materialism. This means that the article will consider the historical-material-political-linguistic context in which Furtado produces his reflection, placing it in the debate on Brazilian development and its challenges, especially in a period of strong political repression and exile from the author in Paris, where he worked as a professor at the University of Paris-Sorbonne. Furthermore, we will use the approach of development styles in Latin America, developed by Aníbal Pinto and Jorge Graciarena, both members of ECLAC, in the 1970s, in order to understand Furtado's criticism of the development style adopted in Brazil, especially the starting from the economic "miracle", and which alternative development style he defends, within an analysis that transcends the economic dimension, increasingly deepening his interdisciplinary approach, which can also be framed within the field of political-social thought.*

**Keywords:** *Celso Furtado's Political Thought. Development Styles. Brazilian Socioeconomic Development. Political Economy of the Brazilian Civil-Military Dictatorship. Latin American Social Thought.*

---

## 1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a crítica elaborada por Celso Furtado, dentro de uma perspectiva de pensamento político, ao estilo de desenvolvimento adotado durante os anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), especialmente nos anos do “milagre” econômico, caracterizado por um grande crescimento econômico, porém com concentração de renda e forte repressão aos opositores do regime político de então.

O método adotado se utiliza das ferramentas analíticas da Teoria da Linguagem Política de John Pocock, da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e do Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx, as quais analisamos sucintamente nas linhas que seguem.

John Pocock, em *Linguagens do Ideário Político* (2003) afirma que determinados pensadores podem inovar na reflexão sobre um determinado tema ao lançarem uma nova linguagem, um novo vocabulário, um novo léxico, ou, segundo o autor, uma nova *langue* que modificará a *parole*, ou seja, a própria maneira de se expressar e se debater sobre determinado tema. Para o que analisamos neste artigo, esse instrumental analítico nos permite mostrar qual a contribuição inovadora de Furtado ao analisar o estilo de desenvolvimento adotado na ditadura civil-militar brasileira.

A Sociologia do Conhecimento, estudada e teorizada por Karl Mannheim no seu livro *Ideologia e Utopia* (1986 [1936]),<sup>1</sup> mostra que o conhecimento é construído socialmente, ou seja, os modos de pensamento concretamente existentes estão unidos ao contexto da ação coletiva, na qual, num sentido intelectual, se descobre inicialmente o mundo. Portanto, o intelectual é oriundo de um grupo social e, dada a sua formação e o seu nível de conhecimento, possui condições para enxergar de maneira mais clara os obstáculos que o impedem de ter uma visão clara da realidade, evitando as

---

1 A primeira edição foi publicada em 1929. Uma nova edição com modificações no texto feitas pelo próprio Mannheim foi lançada em 1936. Utilizamos a edição de 1986.

armadilhas da “ideologia”, isto é, corpo de ideias e visões acerca da realidade do grupo político que ocupa o poder, e, da “utopia”, ou seja, corpo de ideias acerca da realidade do grupo político que almeja alcançar o poder. Nesse processo, somente os membros da *intelligentsia* (os intelectuais), mesmo com suas posições políticas (e que não necessariamente precisam ser as mesmas de seu grupo social de origem), é que podem enxergar a realidade sem essas armadilhas.

O Materialismo Histórico-Dialético, elaborado por Karl Marx, é adotado como um dos caminhos de análise porque, a partir da compreensão da infraestrutura econômica do modo de produção capitalista pode-se compreender a reflexão que é produzida a partir daí. Segundo Malta e Curty (2022, p. 73):

O pensamento econômico é visto como resultado de um conjunto inseparável de observação da realidade histórica e da visão de mundo sob a qual essa observação se realiza. Nesse método de pesquisa se combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante dessas influências.<sup>2</sup>

A partir da exposição do método adotado neste artigo, dividimos nossa exposição da maneira como segue.

No segundo item fazemos um breve relato da reflexão de Furtado entre 1948 e 1964 sobre o subdesenvolvimento e o processo de industrialização, localizando-o no pensamento econômico-político-social do período.

No terceiro item analisamos brevemente o debate sobre o subdesenvolvimento e o processo de industrialização no Brasil e na América Latina entre 1964 e 1985, dando especial ênfase ao enfoque dos estilos de desenvolvimento na América Latina, desenvolvido por Aníbal Pinto e Jorge

---

2 Para mais detalhes, ver as seguintes obras de Marx: *Grundrisse* (2011 [1857-1859]), *Contribuição à Crítica da Economia Política* (2008 [1859]) e *O Capital. Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico* (1987 [1906-1910]).

Graciarena (membros da equipe da CEPAL na década de 1970).

No quarto item analisamos o pensamento de Furtado entre 1964 e 1985, dando especial ênfase na sua crítica ao estilo de desenvolvimento adotado no Brasil, principalmente nos anos do “milagre” econômico.

Nas considerações finais sistematizamos a análise e expomos os desdobramentos da reflexão de Furtado.

## **2. Antecedentes: a reflexão de Celso Furtado entre 1948 e 1964**

Para entendermos a reflexão de Furtado entre 1948 e 1964 é necessário que façamos um breve relato do contexto e do debate em que ele estava inserido, como fazemos nas linhas seguintes.

Nesse período observamos um amplo debate sobre o subdesenvolvimento e as alternativas para alcançar o desenvolvimento via industrialização com planejamento, que estava em alta naquele período, dada a crise do liberalismo, que só foi superada com intervenção do Estado na economia com políticas de corte keynesiano, e o sucesso da URSS com sua economia planificada.

No âmbito dos países centrais, destacamos nesse debate as reflexões de Rostow (1961), Nurkse (1957) e Myrdal (1972 [1956]). No âmbito latino-americano, destacamos a contribuição original da CEPAL na busca de diagnosticar o subdesenvolvimento, que pode ser observada a partir das reflexões que Raúl Prebisch (Secretário Executivo da CEPAL nesse período) empreendeu ao liderar essa instituição e que pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, situado entre o final da década de 1940 e meados da década de 1950, que, utilizando a expressão de Reino (1994, p. 27), podemos denominar de “concepção inicial”, com forte ênfase no aspecto econômico ao diagnosticar o subdesenvolvimento (através, por exemplo, da deterioração dos termos de troca dos países periféricos, como os da América Latina) e propor a sua superação (via planejamento estatal para a industrialização) e

o segundo, no início da década de 1960, caracterizado como de mudanças e crítica a essa concepção, com ênfase maior nas questões sociais e políticas tanto no diagnóstico quanto nas propostas de sua superação (mantendo a proposta de planejamento estatal, mas chamando a atenção para a importância da democracia nesse processo, numa linha semelhante àquela defendida por Mannheim)<sup>3</sup>, dada a perda de dinamismo da industrialização com resultados negativos, como a deterioração econômica e social.<sup>4</sup>

No Brasil em particular, a partir da classificação de Bielschowsky (2000), observamos a presença das seguintes correntes de pensamento nesse debate: os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público (Roberto Simonsen, ISEB, Celso Furtado, Assessoria Econômica de Vargas, BNDE), os desenvolvimentistas não nacionalistas do setor público (BNDE, Roberto Campos, Ary Torres, Lucas Lopes, Glycon de Paiva), os desenvolvimentistas do setor privado (Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães, Nuno Figueiredo), os neoliberais (Eugênio Gudín, Octávio Gouvêa de Bulhões), os socialistas (PCB, ISEB, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Aristóteles Moura), além do pensamento independente de Ignácio Rangel.

Dentro desse debate, observamos que a reflexão de Celso Furtado no período 1949-1964 pode ser subdividida em dois momentos: o da atuação na CEPAL (entre 1949 e 1958a) e o da atuação na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (entre 1959 e 1964, incluindo o tempo em que atuou no Ministério do Planejamento).

No período da CEPAL, observamos um desdobramento e aprofundamento das reflexões iniciadas na sua tese de doutorado elaborada na Universidade de Paris, *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII* (2000 [1948]), como podemos observar no artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950), e nos livros *A Economia Brasileira* (1954a) e

---

3 Tal reflexão pode ser encontrada em Mannheim (1972 [1951]).

4 Para mais detalhes, ver Prebisch (1964).

*Uma Economia Dependente* (1956a), constituído de alguns capítulos do livro de 1954. Além do terreno da história econômica especificamente, Furtado também elaborou vários artigos nos quais defendia o planejamento global da CEPAL, dentro do debate que se travava no Brasil entre os desenvolvimentistas e os neoliberais.<sup>5</sup> Observamos uma reflexão localizada mais no terreno da análise econômica *stricto sensu*, apesar da sua interdisciplinaridade, além da crença na industrialização planejada sob a liderança do Estado para a superação do subdesenvolvimento, tal como Raúl Prebisch, defende na publicação da CEPAL *Estudio Económico de la América Latina 1948* (1949).<sup>6</sup>

Em 1958, após sua saída da CEPAL, dedicou-se à pesquisa na Universidade de Cambridge (Reino Unido) que resultou no livro *Formação Econômica do Brasil* (1959), considerada por muitos dos seus estudiosos como a sua maior obra. É a partir das reflexões desse livro, que Furtado voltaria sua atenção até 1964 ao problema das disparidades regionais no Brasil através da luta para a criação da SUDENE, a qual se concretiza em 1960, tendo sido ele o seu primeiro superintendente. Nesse período observamos uma reflexão de caráter mais interdisciplinar, em que há um otimismo com o processo de industrialização no Brasil, apesar de observar suas primeiras dificuldades na década de 1960, além de uma elaboração, que podemos dizer, é um pouco diferente daquela de Prebisch, sobre a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento. Essas reflexões estão presentes nas obras *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964). Nesse período, Furtado assume por alguns meses o então recém-criado Ministério do Planejamento (a convite do Presidente João Goulart), elabora o Plano Trienal para promover o combate à inflação e a retomada do desenvolvimento, mas

---

5 Para mais detalhes, ver Furtado (1953, 1954b, 1956b, 1958b) e Vieira (2010).

6 Prebisch diagnostica o subdesenvolvimento latino-americano e propõe sua superação na introdução desse estudo, cujo título é *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de Seus Principais Problemas* e que ficou conhecido como *Manifesto Latino-Americano*.

que nem conseguiu ser concretizado na prática devido à situação de forte instabilidade política, fato que leva Furtado de volta ao comando da SUDENE até o golpe civil-militar de 1964, quando parte para o exílio, primeiramente para o Chile e depois para os EUA (Universidade de Yale, New Haven - Connecticut) e depois para a França (Universidade de Paris – Sorbonne), onde permanece até o início dos anos 1980 (com viagens eventuais ao Brasil a partir de 1974, quando termina o período de sua cassação).

Antes de prosseguirmos a análise da crítica de Furtado ao estilo de desenvolvimento adotado pela ditadura civil-militar brasileira, expomos brevemente o debate sobre o subdesenvolvimento e o processo de industrialização no Brasil e na América Latina entre 1964 e 1985, dando especial ênfase ao enfoque dos estilos de desenvolvimento na América Latina, teorizado por Aníbal Pinto e Jorge Graciarena (membros da equipe da CEPAL na década de 1970).

### **3. O debate sobre o subdesenvolvimento e a industrialização na América Latina entre 1964 e 1985: breves considerações**

A partir do quadro de estagnação que a América Latina começa a apresentar na década de 1960, podemos observar um movimento cada vez maior de questionamento aos resultados dos processos de industrialização, pois não trouxeram automaticamente uma distribuição dos seus frutos para a população em geral, além da continuidade da heterogeneidade estrutural. Esse movimento é feito por Furtado já a partir do início da década de 1960 e aprofundado a partir de 1964 no exílio (como analisamos no próximo item) e por Prebisch em *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano* (1964), como mencionamos no item anterior.

Ao se observar também um quadro de continuação da industrialização e de crescimento econômico no final da década de 1960 após o período de estagnação (especialmente no Brasil entre 1962 e 1967), dentro da CEPAL se

desenvolve a construção do conceito de estilos de desenvolvimento, que se completa nos artigos de Aníbal Pinto e de Jorge Graciarena no primeiro número da *Revista de la CEPAL* (1976).

A construção do conceito de estilos de desenvolvimento tem origem nos artigos de Oscar Varsavsky (1969) e de Pedro Vuskovic (1970), que pela primeira vez apresentam a ideia de que podem ocorrer diferentes estilos de desenvolvimento, tendo passado a ser objeto de construção teórica oficialmente na CEPAL a partir de 1971, destacando-se as reflexões de Pinto e Graciarena desde 1970, que culminam nos artigos de 1976 os quais expomos sucintamente nas linhas seguintes.<sup>7</sup>

O artigo de Aníbal Pinto de 1976 se constitui em uma versão revisada dos seus artigos de 1973 e 1975 (Cf. Medeiros, 2021). Para ele, pensar a questão dos estilos passa por pensá-lo como uma simbiose entre dois conceitos: sistema (capitalismo ou socialismo) e estrutura (poder social, institucionalidade, grau de desenvolvimento de um país, se desenvolvido ou subdesenvolvido) e pode ser definido da seguinte maneira, segundo Pinto (1976, p. 104. Grifos no original):

Desde un ángulo económico estricto podría entenderse por estilo de desarrollo la manera en que *dentro de un determinado sistema* se organizan y asignan los recursos humanos y materiales con el objeto de resolver los interrogantes sobre qué, para quiénes y como producir los bienes y servicios.

Ao utilizarmos a reflexão de Pinto, podemos observar para o caso latino-americano um estilo de desenvolvimento cuja estrutura produtiva concentrada e heterogênea contribui para a formação de um padrão distributivo centrado.

O artigo de Graciarena de 1976 também se constitui em uma versão revisada, mas somente de um manuscrito produzido em 1975 (Cf. Medeiros,

---

7 Para mais detalhes desse processo, ver Medeiros (2021).

2021). Na sua análise, o autor incorpora o interesse de classe e o poder político à discussão, reivindicando a natureza interdisciplinar desse enfoque, além de incluir o enfoque histórico. Segundo Graciarena (1976, p. 177):

Pasaría aún bastante tempo antes de que se admitiese —y en forma limitada— que algunas dimensiones sociales no consideradas antes, como las clases sociales, las relaciones de poder y la naturaleza política del Estado, tuviesen una importancia fundamental en las orientaciones de las estrategias de desarrollo, especialmente en América Latina. A partir de ese momento comenzaron a usarse conceptos como modelos o estilos políticos del desarrollo, junto con otros como "esquema", "patrón", "perfil", que apuntan hacia un enfoque más comprensivo, sintético y dinámico, al paso que involucran nuevos elementos no claramente expresados ni tomados en cuenta anteriormente.

Feitas essas reflexões, Graciarena (1976, p. 186) define estilos de desenvolvimento da seguinte maneira: *“un estilo es una especie de integración de las estrategias de desarrollo con los factores de poder que hacen posible su realización en un sistema económico y social históricamente determinado, y orientado hacia ciertos objetivos”*.

Dentro do campo de crítica às teses estagnacionistas, citamos Tavares (1971), ao mostrar, ainda que indiretamente, a presença de estilos de desenvolvimento. Ainda nessa linha, e em um campo crítica ao desenvolvimentismo cepalino, observamos nesse período o surgimento da teoria da dependência nas suas duas vertentes, analisadas nos parágrafos seguintes.

A primeira analisada é a vertente do desenvolvimento dependente e associado, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (principais membros), os quais também questionam as teses estagnacionistas do período, mas veem como saída para o subdesenvolvimento um desenvolvimento dependente e associado. As ideias de Cardoso e Faletto estão no livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (publicado

pela primeira vez em 1970),<sup>8</sup> as quais expomos sucintamente abaixo:

I) A dependência dentro de uma economia periférica industrializada se caracteriza pelos investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos países periféricos (Cf. Cardoso; Faletto, 1984 [1970], p. 125).

II) Apesar de ocorrer a industrialização, o desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial.

III) A situação de dependência também continua, mesmo em países com forte setor econômico estatal (casos do Brasil e do México).

IV) O desenvolvimento dependente intensifica a exclusão social, não só das massas, mas também das camadas sociais economicamente significativas na etapa anterior ao desenvolvimento industrial dependente.

V) As novas bases do desenvolvimento e da dependência provocam a divisão entre os setores assalariados. Segundo Cardoso e Faletto (1984 [1970], p. 137):

Como assinalamos, os grupos assalariados vinculados ao setor capitalista avançado beneficiam-se com o desenvolvimento e, em certa medida, amortizam as pressões que vêm de baixo. Na ação reivindicatória afastam-se das pressões populares de massa, tanto urbanas quanto rurais.

VI) Como forma de sistematização, nos utilizamos da seguinte citação de Cardoso e Faletto (1984 [1970], p. 141-142), retirada das conclusões do livro:

A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa – processo óbvio – mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. Salientamos que a situação atual de

---

8 A primeira edição foi em 1970, utilizamos a edição de 1984.

desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. Já não são os interesses exportadores que subordinam os interesses solidários com o mercado interno, nem os interesses rurais que se opõem aos urbanos como expressão de um tipo de dominação econômica. Ao contrário, a especificidade da situação atual de dependência está em que os "interesses externos" radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (sem anular, por certo, as formas anteriores de dominação) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Por outro lado, a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedade não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc.

A segunda vertente analisada é a marxista, composta por Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos (principais membros) os quais criticam a tese da estagnação defendida por Furtado e veem uma nova fase do subdesenvolvimento, isto é, a da dependência. Segundo Dos Santos (2000, p. 134):

Combati em 1964 todas as teses estancacionistas que viam na política de estabilização monetária de Roberto Campos a destruição da indústria brasileira. Ao contrário, afirmei que a política de estabilização deveria levar a uma nova fase de crescimento, baseada contudo num nível mais alto de produtividade, concentração econômica, monopolização e estatização.

Ruy Mauro Marini, no ensaio *Dialética da Dependência* (publicado pela primeira vez em 1973), aprofunda o significado da dependência, isto é, da situação na qual os países periféricos (caso dos países da América Latina), mesmo que cheguem a se industrializar, como ocorreu a partir da década de 1930 (e com mais intensidade a partir da década de 1950), continuam a ser dependentes do centro capitalista, e mais: a situação de estagnação vivida pelos países da América Latina (e em especial o Brasil no período 1962-1967) nada mais se constituiu do que uma reorganização das forças produtivas no capitalismo dependente, permitindo que tal situação perdurasse (e até se agravasse), como pôde ser visto no exemplo do “milagre” econômico brasileiro (período 1968-1973).

A partir dessas breves considerações, passemos à análise da reflexão de Furtado entre 1964 e 1985.

#### **4. A reflexão de Celso Furtado entre 1964 e 1985: crítica ao estilo de desenvolvimento adotado no Brasil**

Nesse período, observando a situação de estagnação da economia brasileira (que se iniciara em 1962 e ainda perdurava naquele momento) e o poder hegemônico dos EUA sobre a América Latina, ele elabora um diagnóstico e um prognóstico pessimista caso nada fosse feito para modificar tal situação, fato que o leva a propor alternativas, como observamos em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), *Um Projeto para o Brasil* (1968) e *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar* (1968a). Dentro dessa reflexão, observamos as seguintes inovações na sua análise, tais como:

I) O conceito de “efeito demonstração”, isto é, imitação, pelas classes pobres dos países periféricos, do padrão de consumo das suas classes médias, e destas, do padrão de consumo das classes médias dos países centrais.

II) A percepção de que a assimilação da tecnologia moderna continuaria

acarretando efeitos negativos sobre a taxa de criação de novos empregos, além do aumento da concentração de renda.

III) Inclusão da análise sobre a transnacionalização do capital, mostrando a sua penetração na periferia, acompanhada de desequilíbrios estruturais de difícil correção (maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápido aumento do desemprego aberto e disfarçado).

Esses novos pontos de análise se constituiriam na base da sua reflexão sobre a “modernização” a partir da década de 1970, como observamos no próximo subitem.

#### **4.1 A reflexão de Furtado entre 1964 e 1970: o diagnóstico estagnacionista**

Nesse período, observando a situação de estagnação da economia brasileira (que se iniciara em 1962 e ainda perdurava naquele momento) e o poder hegemônico dos EUA sobre a América Latina, ele elabora um diagnóstico e um prognóstico pessimista caso nada fosse feito para modificar tal situação, fato que o leva a propor alternativas, como observamos em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), *Um Projeto para o Brasil* (1968) e *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar* (1968a). Dentro dessa reflexão, observamos as seguintes inovações na sua análise, tais como:

I) O conceito de “efeito demonstração”, isto é, imitação, pelas classes pobres dos países periféricos, do padrão de consumo das suas classes médias, e destas, do padrão de consumo das classes médias dos países centrais.

II) A percepção de que a assimilação da tecnologia moderna continuaria acarretando efeitos negativos sobre a taxa de criação de novos empregos, além do aumento da concentração de renda.

III) Inclusão da análise sobre a transnacionalização do capital, mostrando a sua penetração na periferia, acompanhada de desequilíbrios estruturais de difícil correção (maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápido aumento do desemprego aberto e disfarçado).

Esses novos pontos de análise se constituiriam na base da sua reflexão

sobre a “modernização” a partir da década de 1970, como observamos no próximo subitem.

#### **4.2 A reflexão de Furtado entre 1970 e 1985: a crítica ao estilo de desenvolvimento brasileiro pela “modernização”**

Furtado, ao observar que a economia brasileira não continuou estagnada, mas voltou a apresentar crescimento econômico no período 1968-1973, denominado de “milagre” econômico brasileiro, reavalia suas reflexões anteriores e inova na sua teoria ao elaborar o termo “modernização”, mantido entre aspas porque, na sua visão, não se trata de uma modernização que supera a situação de subdesenvolvimento, apesar da continuação da industrialização. Podemos afirmar de antemão que tal termo se constitui em uma elaboração que busca criticar o estilo de desenvolvimento adotado pela ditadura civil-militar brasileira, como analisamos nas linhas seguintes.

O termo “modernização” aparece pela primeira vez no livro *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972). A palavra “modelo” aparece entre aspas para denotar que não se trata de um modelo de desenvolvimento econômico, como se apregoava na época tanto no Brasil quanto no exterior, mas sim um caso de crescimento econômico conjugado com forte concentração de renda, fruto de reformas econômicas feitas pela ditadura militar no período 1964-67 através do Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG). Segundo Furtado, esse período demonstra claramente que somente a industrialização não traz automaticamente o desenvolvimento socioeconômico.

O “milagre” foi baseado em forte concentração da renda mediante compressão salarial, contudo, sem ser estática, mas sim dinâmica, ou seja, porque também contou com a ampliação do grupo social consumidor do mercado de bens de consumo duráveis (além da minoria proprietária de bens de capital, com inclusão da classe média) através do financiamento do consumo em suas várias formas (subsídios ao consumo e transferências de títulos de propriedade e de crédito). Tais medidas foram tomadas para evitar dificuldades da retomada do processo de industrialização (depressão predominante em importantes segmentos da atividade econômica) que

certamente ocorreriam se a concentração de renda continuasse a ser estática.

No livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), Furtado busca aprofundar o significado da “modernização” para os países subdesenvolvidos. Podemos observar isso nos seguintes pontos:

I) A “modernização” está inserida no processo de industrialização da periferia, a qual não se orienta para formar um sistema econômico nacional, mas sim para completar o sistema econômico internacional. Essa industrialização é algo específico das economias subdesenvolvidas.

II) A industrialização periférica conta, de maneira cada vez mais forte, com a presença das grandes empresas transnacionais.

III) A partir das modificações estruturais ocorridas no centro (transnacionalização das grandes empresas e financeirização crescente do capital), principalmente a partir da segunda metade da década de 1960, observamos as seguintes consequências: a) processo de unificação dos países centrais, o qual levou a uma intensificação do seu crescimento; b) ampliação considerável do fosso entre o centro e a periferia; c) as relações comerciais entre países centrais e periféricos (mais ainda do que entre os países do centro) se transformaram progressivamente em operações internas das grandes empresas.

IV) A “modernização” é uma manifestação de mimetismo cultural da periferia. Segundo Furtado (1974, p. 80):

Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo da produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes.

V) A partir dos pontos listados acima, Furtado (1974, p. 81-82), então,

define a “modernização” da seguinte maneira:

Chamaremos de *modernização* [grifo do autor] a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”, vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido. [...]. Daí que apareçam crescentes pressões, ao nível da balança de pagamentos, quando o país atinge o ponto de rendimento decrescente na agricultura tradicional de exportação e/ou enfrenta deterioração nos termos de intercâmbio. [...]. A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fase mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização; mais precisamente, quando se empenham em produzir para o mercado interno aquilo que vinham importando. [...]. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho.

Em *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), observamos a retomada de pontos analisados nas obras que expomos acima, além do acréscimo dos seguintes:

I) A ideologia do progresso é um forte impulsionador da industrialização periférica.

II) Consequências da penetração do modo capitalista de produção no quadro da dependência externa: tensões na estrutura de dominação interna

(fenômeno da insegurança social) e revoluções sociais (que podem ocorrer ocasionalmente). Contudo, segundo Furtado (1976: 60), “a regra tem sido o crescimento relativo da forma autoritária de apropriação do excedente, que tende a fazer-se hegemônica”.

III) Ocorre um duplo processo de concentração de renda: em benefício dos países centrais e, dentro de cada país periférico, em benefício da minoria que reproduz o estilo de vida do centro.

IV) Furtado chama a atenção para pontos importantes a serem estudados, a fim de compreendermos melhor esse processo de “modernização”: a) os grupos que controlam as principais atividades econômicas nos países latino-americanos; b) as relações dos Estados nacionais com as empresas transnacionais.

No livro *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), que pode ser considerado seu livro mais interdisciplinar, Furtado reforça os aspectos culturais e sociais da “modernização” e da dependência, como observamos nos pontos abaixo:

I) As estruturas sociais internas na periferia são importantes para a compreensão da industrialização dependente. Segundo Furtado (1978, p. 49):

[É] na evolução das estruturas sociais internas que se vê com clareza a especificidade da industrialização dependente. Sua estreita vinculação com o comércio exterior somente pode ser percebida em toda sua complexidade se se tem em conta que a ela corresponde um importante papel na reprodução dos setores sociais que tiveram acesso, ainda que por via indireta, aos valores materiais da civilização industrial. Esta a razão pela qual essa industrialização tem como eixo o fluxo de importações, sendo de menor relevância as suas vinculações com o sistema pré-existente de forças produtivas.

II) A “modernização” também significou ocidentalização, isto é,

destruição de valores culturais em vários países da periferia sem haver uma substituição adequada.

III) Apesar do quadro negativo na periferia, Furtado (1978, p. 114-116) vê possibilidades de superação:

A luta contra a dependência passa, portanto, por um esforço para modificar a conformação global do sistema. Que se esteja atualmente discutindo essa questão – mais precisamente: que a conformação global do sistema haja sido questionada – é clara indicação de que a relação de forças se está modificando a favor dos países dependentes. Certo: em grande parte dos países periféricos, as relações externas de dependência estão introjetadas nas estruturas de dominação social. Mas, conforme já observamos, isso não impede a emergência de estruturas de poder tecnoburocrático capazes de explorar a nova situação que se está formando. [...]. Dentre os recursos de poder em que se assenta a chamada ordem econômica internacional têm particular relevância: a) o controle da tecnologia, b) o controle das finanças, c) o controle dos mercados, d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis, e e) o controle do acesso à mão de obra barata. Esses recursos, reunidos em quantidades ponderáveis e/ou combinados em doses diversas, originam posições de força, que ocupam os Estados ou os grandes grupos econômicos na luta pela apropriação do excedente gerado pela economia internacional. Essas posições de força são de peso diferente e em seu relacionamento tendem a ordenar-se, produzindo uma estrutura. A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço de países periféricos para modificar essa estrutura. Coligações de países permitem ocasionalmente obter a massa crítica requerida para o controle de um recurso, ou articular combinações de recursos de alta eficácia na geração de poder. Controlar os estoques de um produto é importante, mas ainda mais importante é dispor de recursos financeiros para prolongar esse controle. Dispor de recursos de petróleo é uma arma, mas a eficácia dessa arma pode

umentar consideravelmente se se consegue organizar globalmente a oferta de petróleo no mercado internacional.

Furtado, a partir das suas elaborações teóricas na década de 1970, manteria sua crítica ao estilo de desenvolvimento adotado pela ditadura até o seu final em 1985, como podemos observar em *O Brasil Pós-"Milagre"* (1981), *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo* (1982) e *Não à Recessão e ao Desemprego* (1983), denunciando os efeitos nefastos para a população brasileira da crise econômica que eclode no início da década de 1980.

Furtado, apesar do constante diálogo e debate com os membros da CEPAL, nunca utilizou a expressão "estilos de desenvolvimento" para caracterizar o processo de crescimento econômico e industrialização no Brasil durante a ditadura, mas não deixou de perceber que tal processo se constituiu em uma opção, um estilo de desenvolvimento concentrador de renda, dependente tecnologicamente e culturalmente do centro, e que não supera a condição de subdesenvolvimento, tal como ele já denunciava desde a década de 1960. Podemos ainda afirmar que se tratava de um projeto de desenvolvimento, no qual, se observarmos atentamente a crítica de Furtado, nem poderia ser considerado como tal, mas sim um projeto de industrialização, de crescimento econômico, pois um projeto de desenvolvimento, na sua visão, teria que contar com desenvolvimento social, distribuição de renda, reforma agrária e planejamento democrático para superar o subdesenvolvimento, reiterando e radicalizando o que ele defendia desde o início da década de 1960 na sua atuação e na sua reflexão.

Nesse processo ele foi se aproximando, na verdade, da reflexão da teoria marxista da dependência, apesar de manter um caminho próprio.

## 5. Considerações finais

Como forma de sistematizar a reflexão feita no decorrer deste artigo, podemos observar que a construção da reflexão de Furtado entre 1948 e 1964

(base do que ele refletiria posteriormente) se dá em um contexto de reconstrução mundial após o fim da Segunda Guerra Mundial, em que no qual o planejamento estatal está em alta, favorecendo o debate desenvolvimentista na América Latina a partir da CEPAL, favorecendo a construção de uma nova linguagem nesse debate ao introduzir termos para diagnosticar o subdesenvolvimento como “centro”, “periferia”, “deterioração dos termos de troca”, além de propor o planejamento estatal com vistas à industrialização para superar o subdesenvolvimento. Há um otimismo na década de 1950, mas, na década de 1960, observamos, por parte de Furtado e Prebisch, críticas ao processo de industrialização na América Latina por não ter apresentado resultados positivos quanto à distribuição de renda e indicadores sociais.

A partir do golpe civil-militar de 1964, em um contexto de estagnação econômica que se iniciara em 1962 (e que perdurou até 1967), Furtado elabora um diagnóstico estagnacionista que é criticado tanto por Maria da Conceição Tavares quanto pela teoria da dependência (nas suas duas vertentes) e que é revisado a partir da análise do “milagre” econômico brasileiro, no qual observa um grande crescimento econômico, mas sem superar o subdesenvolvimento, se aproximando, em alguns pontos, da análise da vertente marxista da teoria da dependência, mas mantendo um caminho próprio, ao trabalhar a questão da “modernização”, além da dependência para se compreender o subdesenvolvimento, mesmo em meio a um processo de industrialização.

Podemos afirmar que Furtado não considera o processo de industrialização durante o período da ditadura civil-militar brasileira um caso de desenvolvimento, mas sim de crescimento econômico somente, o que nos leva a compreender porque sua crítica não menciona sequer as análises de estilos de desenvolvimento elaboradas por Jorge Graciarena e Aníbal Pinto, nas quais, se as quisermos utilizar para analisar o caso brasileiro, podemos afirmar que se tratou de um estilo de desenvolvimento autoritário, concentrador de renda e com paradigma tecnológico dos países centrais, ao contrário do estilo de desenvolvimento defendido por Furtado, que passa pela superação da dependência tecnológica e cultural dos países centrais, pela

construção de uma industrialização através de um planejamento estatal democrático, com participação cada vez maior da sociedade civil, além da promoção de um amplo desenvolvimento social, com distribuição dos frutos dos ganhos desse processo a toda a população. Podemos afirmar ainda que a reflexão de Furtado na crítica ao estilo de desenvolvimento adotado na ditadura civil-militar brasileira se faz de uma maneira cada vez mais interdisciplinar, ao ressaltar os aspectos políticos, sociais e culturais do processo de industrialização adotado pelo governo brasileiro nesse período, tendo sido possível somente em um contexto autoritário e de duríssima repressão aos seus opositores.

A partir do que analisamos neste artigo, observamos em Furtado um diagnóstico dinâmico do subdesenvolvimento, denotando a importância do contexto econômico, social e político para a elaboração dessa análise, ao caminharmos na metodologia de análise que propomos (a partir de Pocock, Mannheim e Marx).

## Referências

---

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. [1970].
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001. [1948].
- FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, ano 4, n. 1, p. 7-36, 1950.
- FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico II. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19-20, p. 11-15, nov.-dez. 1953.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954a.
- FURTADO, Celso. A técnica do planejamento econômico. *Revista de Ciências Econômicas da Ordem dos Economistas de São Paulo*, ano XI, n. 70, p. 3-13, 1954b.
- FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956a.
- FURTADO, Celso. Setor privado e poupança. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, p. 100-102, abr.-jun. 1956b.
- FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- FURTADO, Celso. Fundamentos da programação econômica. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1-2, p. 39-44, jan.-jun. 1958b.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia

das Letras, 2007. [1959].

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968a.

FURTADO, Celso. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968b.

FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. [1972].

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-"milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRACIARENA, Jorge. Poder y estilos de desarrollo. Una perspectiva heterodoxa. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 1, p. 173-193, 1º sem. 1976.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- MALTA, Maria; CURTY, Carla. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: MALTA, Maria; et al. (Orgs.). *Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. [1936].
- MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972. [1951].
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ; Buenos Aires: Vozes; CLACSO, 2000. [1973].
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. [1857-1859].
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. [1859].
- MARX, Karl. *O capital*. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. [1906-1910].
- MEDEIROS, Fágner João Maia. A gênese do enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, p. 77-103, maio-ago. 2021.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972. [1956].
- NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- PINTO, Aníbal. Notas sobre estilo de desarrollo em América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 1, p. 97-128, 1º sem. 1976.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. USP, 2003.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Estudio Económico de la América Latina 1948*. Santiago: CEPAL, 1949.
- PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

REINO, Jaime Estay. La concepción inicial de Raúl Prebisch y sus transformaciones. In: MARINI, Ruy Mauro; MILÁN, Mária (Orgs.). *La teoría social latinoamericana*. Tomo II: Subdesarrollo y dependencia. México: El Caballito, 1994.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

VIEIRA, Wilson. *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2010.

VIEIRA, Wilson. Subdesenvolvimento e dependência: uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência. In: MALTA, Maria; et al. (Orgs.). *Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.